

Geraldo Magela



PREOCUPAÇÃO Tião Viana lamenta precariedade nos primeiros socorros

Viana: morte de Serginho deve servir de alerta

O senador Tião Viana apela à Câmara para que aprove projeto que torna obrigatória a existência de desfibriladores cardíacos em locais de grande concentração de pessoas. Ele cobra mais eficiência nos primeiros socorros, capazes de evitar mortes súbitas, como a do jogador Serginho, do São Caetano.

Página 2

Saturnino discorda de Lula sobre fórum mundial

"O Fórum Social Mundial repudia o ideário que transforma tudo em mercadoria capaz de ser comprada e vendida numa feira", afirmou ontem o senador Roberto Saturnino. Ele discordou do presidente Lula, que, ao se referir ao fórum como uma "feira ideológica", sugeriu a busca de resultados concretos dos debates.

Página 2

Comissão de Orçamento busca acordo para funcionar

Reunião dos líderes partidários, prevista para quarta-feira, poderá garantir a retomada das atividades, interrompidas neste segundo semestre

José Cruz - 17/06/04



IMPASSE Atividades da Comissão de Orçamento estão paralisadas por causa da falta de regras para funcionamento

O presidente da comissão, deputado Paulo Bernardo, informou ontem que o presidente do Senado, José Sarney, insiste em acordo que viabilize o funcionamento do colegiado. Sarney defende a votação dos créditos suplementares e especiais, a liberação dos recursos federais para 20 obras auditadas pelo TCU e a tramitação do projeto de Orçamento da União para 2005. O senador Romero Jucá está elaborando relatório preliminar sobre o Orçamento e espera votá-lo na primeira quinzena de novembro.

Página 3

Especialistas debatem projetos sociais

José Cruz



DEBATE Felícia Reicher, diretora da Fundação Seade, depõe na audiência presidida por Lúcia Vânia (segunda à direita)

A senadora Lúcia Vânia, presidente da Comissão de Assuntos Sociais, considerou "altamente positiva" a audiência pública realizada ontem com especialistas. O debate visou aprofundar a discussão sobre projetos como os dos senadores Paulo Paim, que cria o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua, e Augusto Botelho, que inclui no Programa Bolsa-Família as pessoas que cuidam de deficientes. O ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, deverá comparecer à comissão para falar sobre os projetos sociais do governo.

Página 4



PROPÓSITO Para Saturnino, o evento "foi criado para reverberar a opinião pública contra o neoliberalismo"

Saturnino discorda de Lula sobre fórum social

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) discordou ontem de declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em que ele se referiu ao "Fórum Social Mundial" como uma "feira ideológica" e sugeriu o direcionamento dos debates para temas que pudessem resultar em medidas concretas. Saturnino afirmou que o evento não foi criado para gerar fatos políticos com efeitos imediatos no exercício do poder.

– O Fórum Social Mundial repudia todo esse ideário que transforma tudo em mercadoria. Foi criado para produzir reverberação de opinião pública contra o neoliberalismo, que é exatamente a ideologia de que tudo se compra e se vende – explicou.

A expressão "feira" usada pelo presidente, disse Saturnino, tem conotação depreciativa e não "é adequada nem ao fórum tampouco ao presidente Lula".

Saturnino enfatizou ainda que o fórum não tem intenção de se constituir em governo. Assim, explicou, se o PT teve papel importante na criação do evento, isso não implica que tenha qualquer ligação com o PT ou outro partido.

Tião Viana lamenta a falta de desfibrilador no socorro a Serginho

■ Senador critica o pouco uso do aparelho no país, único recurso eficaz na prevenção de morte súbita

A morte do jogador Serginho, vítima de parada cardiorrespiratória durante partida de futebol entre o São Caetano e o São Paulo, na noite de quarta-feira, levou o senador Tião Viana (PT-AC) a lamentar a precariedade nos primeiros socorros prestados em casos de morte súbita.

– Infelizmente, a atenção à saúde pública é muito escassa – analisou, criticando o fato de,



PROTEÇÃO Projeto de Tião Viana obriga existência de desfibriladores em locais de aglomeração de pessoas

apesar de disponível no estádio, não ter sido usado a tempo desfibrilador cardíaco na tentativa de reanimação do atleta.

O senador, que é médico, fez

apelo aos deputados para que aprovelem projeto de sua autoria que torna obrigatória a existência de desfibriladores cardíacos em locais públicos de grande concentração ou circulação de pessoas, como estádios, terminais rodoviários, ferroviários e aéreos, ambulâncias e viaturas de resgate policiais (PLS 344/03). Já aprovada no Senado, após um ano e meio de discussões, a matéria aguarda deliberação da Câmara.

– Até uma criança de sete anos pode manusear um desfibrilador, cujo uso pode livrar cerca de 50 mil pessoas no mundo, ao ano, da morte súbita – afirmou.

Tião Viana informou que a

morte súbita faz, anualmente, 500 mil vítimas na Europa, 450 mil nos Estados Unidos e 260 mil no Brasil, dos quais 90 mil morrem em decorrência de doenças coronarianas.

Ao mesmo tempo em que aponta o uso do desfibrilador cardíaco como único recurso eficaz na prevenção à morte súbita, Tião Viana lamenta a falta de domínio das pessoas, inclusive da área de saúde, em técnicas de suporte vital básico.

– Lamento que o país não tenha despertado para isso – disse, observando que o Paraná é o único estado a determinar o uso do equipamento em locais com aglomeração de pessoas.

Senado na 50ª Feira do Livro de Porto Alegre

Na terça-feira (2), os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Paulo Paim (PT-RS), Pedro Simon (PMDB-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) entregam obras em braile, como a *Constituição do Rio Grande do Sul*, o *Estatuto da pessoa portadora de deficiência* e o *Estatuto da criança e do adolescente*, a entidades de apoio a deficientes visuais.

Esse é o primeiro de uma série de eventos que o Senado programou para a 50ª Feira do Livro de Porto Alegre, que começa hoje, na capital gaúcha. Também na terça-feira, Simon lança duas obras: *Inclusão da Metade Sul* e *Previdência para os pobres* e *Discursos do senador Pinheiro Machado*.

O livro sobre Pinheiro Machado, com prefácio do presidente do Senado, José Sarney, reúne os discursos do ex-senador na República Velha. Na sexta-feira (5), será o lançamento dos dois mais recentes livros editados pelo conselho editorial: *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*, de Hipólito da Costa Pereira, e *Os muckers*, do padre Ambrósio Schupp. Paim, Simon e Zambiasi devem autografar as obras.

No sábado (6), Paim lança seu livro de poesias intitulado *Cumplicidade*. Na ocasião, o Senado relança a obra *Brasileiras célebres*, de Joaquim Norberto de Souza Silva. Serys Slhessarenko (PT-MT) confirmou presença na feira.

Agenda

Plenário realiza sessão não deliberativa

A sessão de hoje, às 9h, será não deliberativa, ou seja, sem a votação de matérias. Em função do feriado de 2 de novembro, as sessões só serão retomadas na próxima quarta-feira (3), quando os senadores começam a discutir duas medidas provisórias e um projeto de lei de conversão que trancam a pauta de votações do Senado.

Cobertura especial das eleições municipais

A Rádio Senado vai acompanhar o 2º turno das eleições municipais realizadas neste domingo em 44 cidades brasileiras, das quais 15 são capitais. A programação especial, a partir das

12h, vai contar com a participação da equipe da rádio e também de repórteres de emissoras conveniadas de vários municípios do país, além de entrevistas ao vivo.



Trio Câmara na TV Senado

O programa *Conversa de Músico* deste fim de semana entrevista o Trio Câmara, formado pelos violonistas Rafael dos Anjos, Carlos Vinicius e Marco Vasconcelos. O programa vai ao ar no sábado, às 14h30, pela TV Senado.

A Voz do Cidadão

O serviço A Voz do Cidadão, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, recebe ligações gratuitas de todo o país, pelo telefone 0800-61-2211. O atendimento funciona 24 horas, em todos os dias da semana.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Orçamento: Sarney e líderes buscam acordo

■ Reunião marcada para quarta-feira vai discutir regras para que comissão possa retomar trabalhos

A reunião dos líderes partidários marcada para a próxima quarta-feira poderá dar o pontapé decisivo para a retomada dos trabalhos da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que paralisou suas atividades neste segundo semestre pela falta de regras para o seu funcionamento.

O deputado Paulo Bernardo (PT-PR), que preside a comissão, informou ontem, em entrevista à Agência Senado, que o presidente do Senado, José Sarney, pediu, por intermédio de sua assessoria, para que ele insista em fechar um acordo com os líderes para viabilizar a tramitação do projeto de orçamento para 2005.



DELIBERAÇÕES Acordo deve permitir início do exame do Orçamento de 2005 e decisão sobre créditos suplementares

Esse entendimento também incluiria a votação dos créditos suplementares e especiais, e a liberação de recursos para 20 obras auditadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O presidente Sarney – que se encontra em Nova York participando de uma homenagem ao ministro do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, que receberia ontem à noite o título de Homem do Ano, oferecido pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos – avisou, por meio de sua assessoria de imprensa, que deve participar das negociações da próxima semana.

Segundo Bernardo, tanto ele quanto Sarney compartilham a opinião de que a melhor alternativa no momento é prorrogar a Resolução nº 1 do Congresso que disciplinou a Comissão de Orçamento até o fim de agosto passado.

– É a saída mais sensata – afirmou Bernardo, que mais uma

vez tentará convencer os deputados a aceitarem as três emendas de bancada de iniciativa dos senadores, e que foram o motivo da queda-de-braço entre as duas Casas, emperrando os trabalhos da comissão.

Entendimento

Na semana passada, o presidente da CMO conseguiu costurar um entendimento com os coordenadores de bancada dos partidos que têm assento na comissão para que a Resolução nº 1 seja seguida até março de 2005, com o compromisso de que uma nova proposta seja votada até novembro. Mas o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), pediu que ele aguardasse, porque tinha informações de que líderes partidários não aceitariam esse acordo, que manteria as três emendas de autoria dos senadores, consideradas de caráter estruturante e voltadas para investimentos prioritários em cada estado.

Efraim prega "distensão" entre governo e oposição

O senador Efraim Morais (PFL-PB), vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), pregou uma "distensão" entre governo e oposição para viabilizar os trabalhos da comissão. Falando à Agência Senado, ele explicou que a atuação dos opositoristas será "criteriosa e construtiva" na votação dos créditos suplementares e especiais que estão paralisados pela ausência de um regimento interno para a CMO. Efraim mostrou-se preocupado com as 20 obras que continuam aguardando liberação de recursos, porque a comissão não consegue se reunir.

– Nós fazemos oposição ao governo e não ao país – declarou o senador, evidenciando que, mesmo com cobranças sobre a lentidão do Executivo na liberação de recursos para investimentos, principalmente para recuperação das rodovias federais, e no atendimento às emendas dos parlamentares, os opositoristas devem colaborar para construir um acordo na próxima semana que viabilize a retomada das votações.

Efraim acha que o momento não é de radicalizações entre senadores e deputados em relação às emendas de bancada.

– Não adiantam vozes isoladas. É importante ter bom senso – aconselhou. A alternativa em discussão para substituir a Resolução nº 1 do Congresso Nacional, cuja vigência expirou no fim de agosto, também não propiciou um acordo entre as duas Casas. Pela minuta colocada para debate, haveria um teto único de dez emendas para as bancadas estaduais, independentemente do tamanho de cada uma delas. Se aceita a proposta, haveria um corte de oito a 13 emendas dos limites atuais. Assim, tanto deputados quanto senadores perderiam.

Eleições

A sinalização emitida pelo vice-presidente da comissão corroborou a análise do deputado Paulo Bernardo (PT-PR), de que a queda-de-braço entre Câmara e Senado em torno das emendas de bancada possui um forte componente eleitoral que tende a se esvaziar depois do segundo turno das eleições municipais, a ser realizado neste domingo.

– A tendência é que as lideranças voltem com uma outra disposição – avaliou o deputado na entrevista que concedeu à Agência Senado.

Os opositoristas, de acordo com o presidente da CMO,



EXPECTATIVA Efraim Morais mostra-se preocupado com obras que aguardam liberação de recursos

devem bater em pontos específicos. Mas, continuou, não podem se opor à liberação de créditos que reforçam as dotações de pessoal e as ações governamentais, como os recursos para dar continuidade à campanha do desarmamento.

Paulo Bernardo alertou para a gravidade da situação de alguns ministérios, que não têm recursos para pagar integralmente a folha de salários de novembro e dezembro, sem contar o 13º salário.

– Ninguém em sã consciência vai fazer obstrução em casos como esse. Precisamos resolver esses entraves – argumentou. Para tanto, segundo ele, o governo terá de se preparar para explicar os atrasos na liberação das emendas dos parlamentares. “Essa liberação faz parte da distensão”, arrematou Efraim Morais.

Relatório de Jucá poderá ser votado no início de novembro

O relator do projeto da Lei Orçamentária para 2005, senador Romero Jucá (PMDB-RR), acertou com o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Paulo Bernardo (PT-PR), alternativas para apressar a tramitação da proposta. Jucá está elaborando o seu relatório preliminar para submetê-lo a votação na primeira quinzena de novembro, possibilitando assim abrir em seguida o prazo para emendas, segundo informou Paulo Bernardo.

Os dois estão empenhados em agilizar os trabalhos para evitar ao máximo que o atraso na tramitação do Orçamento acabe se tornando o motivo principal de uma convocação extraordinária do Congresso em janeiro, que é tida como certa por boa parte dos parlamentares das duas Casas.

– É bem possível que ela ocorra pelo acúmulo de matérias que precisam ser votadas. Mas a nossa posição é evitar que o Orçamento seja o motivo principal da convocação. Queremos descaracterizar isso – avisou Paulo Bernardo.

Na reunião de líderes da próxima semana, haverá esforço para negociar uma espécie de rito sumário para a tramitação



CRITÉRIOS Romero Jucá acertou com presidente da CMO alternativas para agilizar análise da proposta

do Orçamento de 2005. Segundo o deputado, os prazos de apresentação de emendas e de votações seriam reduzidos, permitindo concluir os trabalhos do Congresso ainda em dezembro. Assim, se for decidida uma convocação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a razão não será o Orçamento, mas sim outras matérias de interesse do governo, como a Lei de Biossegurança e as parcerias público-privadas.

A tramitação do Orçamento de 2005 está sendo apontada pelas consultorias técnicas das duas Casas como a mais complicada dos últimos cinco anos, devido ao calendário eleitoral e à falta de regras para o funcionamento da comissão.



PREOCUPAÇÃO Lúcia Vânia coordena a reunião, que teve palestras de convidadas sobre projetos que tramitam na Casa

Comissão debate projetos sociais com especialistas

■ A burocracia e a municipalização do Bolsa-Família foram alguns dos temas discutidos na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizou ontem audiência pública com especialistas destinada a aprofundar as discussões em torno de projetos em tramitação no colegiado, entre eles o de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) que cria o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua (PLS 299/04), bem como o do senador Augusto Botelho (PDT-RR), que leva o número 246/04, incluindo as pessoas que cuidam de deficientes no Programa Bolsa-Família. A audiência pública contou também com a presença de assessores do Senado, dirigentes de partidos políticos e de órgãos federais.

Até a primeira quinzena de novembro, o ministro do Desenvolvimento Social e Com-

bate à Fome, Patrus Ananias, comparecerá à CAS para falar sobre o andamento dos projetos sociais do governo, bem como as providências que estão sendo tomadas para que sejam evitadas fraudes no cadastramento do Bolsa-Família. A informação é da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A audiência pública teve início com a palestra da diretora executiva da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), do estado de São Paulo, Felícia Reicher Madeira, que falou sobre o índice paulista de responsabilidade social. Ela disse que muitos municípios do estado, apesar de serem saudáveis economicamente, não apresentam bons índices na área social, como investimento em educação e saúde e programas destinados a minorar o flagelo da fome e da miséria. Ela atribuiu o problema à ausência de políticas destinadas a combater o que chamou de “segregação espacial da população” e má distribuição de programas sociais.

Já a diretora do Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mariângela Delfiori Wanderley, defendeu uma política de gestão social mais permeável à demanda da sociedade. Para ela, isso só poderia ocorrer com a redução da burocracia na esfera do governo. O combate ao assistencialismo e a regulação clara e objetiva na área social, a exemplo do que ocorre na área econômica, também foram defendidos por Mariângela Delfiori.

Maria do Carmo Brant de Carvalho, coordenadora-geral do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Senpec), afirmou que muitos projetos sociais atingem apenas de 10% a 20% da população, o que considera grave. Quanto ao programa Bolsa-Família, disse que o projeto ainda não se encaixou na área municipal. Para ela, isso só vai ocorrer quando o Bolsa-Família for operacionalizado e gerenciado pelas prefeituras.

Acesso a documentos sigilosos pela Internet

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, pretende que o acesso público a documentos cujo prazo para a manutenção do sigilo esteja vencido possa ser feito pela Internet. Projeto nesse sentido (PLS 296/04) será examinado por duas comissões – de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a de Educação (CE). Nesta última, a matéria será votada em decisão terminativa.

Mercadante afirma na justificativa do projeto que o acesso público a esses documentos é regulamentado por lei. Os pra-



LIBERAÇÃO Mercadante propõe a divulgação de material cujo prazo de inviolabilidade esteja vencido

zos de sigilo dos documentos, conforme sua natureza, variam de dez a 100 anos. O senador pretende que na Internet haja

uma lista dos documentos sigilosos e, à medida que sua publicidade seja liberada, o documento fique à disposição do público por dois anos.

– Tal medida deverá agregar qualidade à democracia brasileira, por via do processo de democratização da informação. Em particular daquela informação pública guardada a sete chaves por instituições arquivísticas. Trata-se de material sensível por sua natureza, que em muitos casos contém dados de inestimável valor patrimonial, histórico, familiar e genealógico – disse.

Maguito quer instituir Dia Nacional da Alimentação

Com o objetivo de mobilizar o poder público e conscientizar a sociedade para a necessidade de combate à fome e à desnutrição, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou projeto de lei que visa instituir o dia 16 de outubro como Dia Nacional da Alimentação. O projeto está na Comissão de Educação (CE), sob a relatoria do senador Mário Calixto (PMDB-RO), em etapa de recebimento de emendas.

De acordo com o projeto (PLS 297/04), os órgãos públicos responsáveis pelas políticas de combate à fome e à desnutrição ficariam autorizados a desenvolver atividades educativas e de estímulo à participação social na semana do dia 16 de outubro.

“No Brasil, a população de pessoas malnutridas, embora decrescente, ainda é bastante expressiva e as ações do governo e das organizações não-governamentais necessitam do apoio da sociedade para combater esse flagelo”, justifica o autor, lembrando que a data já é adotada internacionalmente. Para ele, a medida vai simbolizar não apenas que o Brasil reconhece a necessidade de combater e superar o problema, mas vai servir para reforçar os compromissos e as responsabilidades do país junto à



ATUALIZAÇÃO Maguito diz que data foi criada em 1979 e é celebrada desde 1981 em 150 países

comunidade internacional dos países em desenvolvimento.

O Dia Mundial da Alimentação foi instituído na 20ª Conferência Geral, pelos Estados membros da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), entre eles o Brasil, em novembro de 1979. Segundo Maguito, a data é celebrada desde outubro de 1981 em mais de 150 países. A recomendação da organização é de que a luta contra a fome e a desnutrição seja efetuada por meio de políticas públicas de desenvolvimento sustentável, com ações de combate aos conflitos armados, à corrupção e à degradação ambiental, que também contribuem para a insegurança alimentar, especialmente em países da África, Ásia e América Latina, informou o senador.



MODERNIDADE Edison Lobão (E) abre o encontro ibero-americano, tendo ao lado o ministro Luiz Gushiken e o senador Paulo Octávio

Congresso discute relações públicas

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Edison Lobão (PFL-MA), abriu na noite dessa quarta-feira o Congresso Ibero-Americano de Relações Públicas, realização da Secretaria de Comunicação Social do Senado em parceria com o Conselho Federal de Relações Públicas. Também esteve pre-

sente à abertura, no Auditório Petrônio Portella, do Senado, o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken.

O Congresso Ibero-Americano tem como objetivo debater as relações públicas no século 21 e a alta performance nas organizações.